

O PORTO E OS JUDEUS

Roteiro

«Este povo, talvez um dos mais pequenos do mundo, é um dos mais nobres e altivos, do qual Moisés disse que era um povo de cerviz dura.»

(Capitão Barros Basto, o «Dreyfus Português», 1938)



Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, inaugurada em 1938, no Porto

Introdução

A história da comunidade judaica no Porto entrecruza-se com a história da própria cidade, constituindo parte significativa do seu “código genético” histórico. Nunca o Porto foi palco de lutas, massacres e *pogroms* dirigidos aos judeus e, ao invés, estes sempre conviveram harmoniosamente com a maioria cristã nas praças, ruas e ruelas de uma cidade com um forte cunho mercantil e marítimo, ligando culturas, vocações, competências e formas de viver.

Ainda hoje a marca judaica se reflete na cidade do Porto. Reflete-se no espírito coletivo dos portuenses e nos vestígios materiais que sobreviveram até aos nossos dias. Não são muitos, todavia. A proibição do judaísmo em Portugal, no final do século XV, ocorreu em sintonia com a destruição ou apagamento de praticamente tudo quanto dissesse respeito ao povo judeu – sinagogas, símbolos, livros e objetos dos mais diversos.



Morro da Sé, onde se localizou a primeira Judiaria portuense

Embora hoje sejam poucos os vestígios materiais relativos à presença da “Gente de Nação” no Porto, existe um monumento que representa a mais viva afirmação da fé judaica – a sinagoga Kadoorie Mekor Haim, a maior sinagoga da Península Ibérica. Trata-se do edifício-sede da Comunidade Israelita do Porto, uma comunidade composta por judeus de inúmeras nacionalidades desde a sua fundação, em 1923, até à atualidade.



Judeus na sinagoga do Porto, envergando xaile de oração (*Talit*)

Construída com donativos de judeus de todo o mundo, a sinagoga Kadoorie Mekor Haim é um símbolo de um povo capaz de fazer coisas maravilhosas mesmo nas épocas de adversidade. Foi inaugurada em 1938, a poucos metros das instalações do Colégio Alemão. As autoridades portuguesas apressaram-se a plantar grandes árvores entre a sinagoga e o Colégio, numa altura em que, na Alemanha, se verificava a destruição de sinagogas com a chamada “Noite de Cristal”.

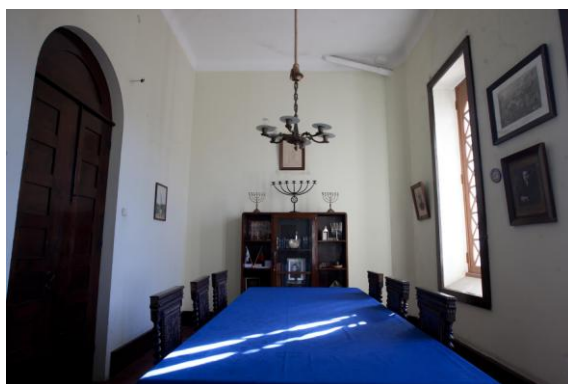
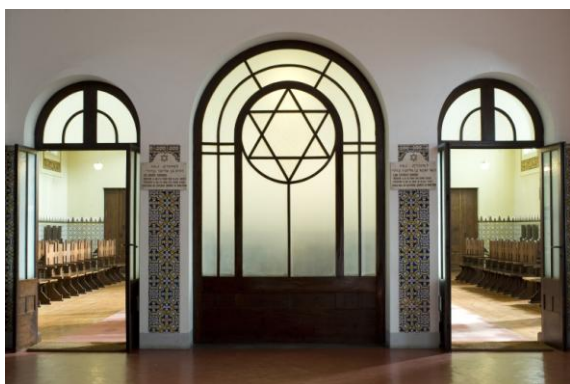
O nome hebraico “Mekor Haim” significa “Fonte de Vida”, ao passo que “Kadoorie” é o apelido de judeus naturais de Hong Kong que doaram a quantia de dinheiro necessária para finalizar as obras do edifício, em homenagem a uma familiar falecida, Laura Kadoorie, descendente de judeus portugueses. O seu marido, Sir Elly Kadoorie, que morreu em 1944, é ainda hoje o presidente honorário da Comunidade Israelita do Porto.



Vista do espaço museológico da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

Presentemente, é possível realizar visitas guiadas à sinagoga, todos os dias, com exceção do *Shabat* e dos feriados judaicos, podendo os visitantes familiarizar-se com a história, religião e simbologia judaicas. O Templo inclui não apenas uma sala de orações e um museu, mas também espaços destinados a *mikvé*, estudo, escola, biblioteca, tipografia, sala da direção, sala de refeições comunitárias, cozinha, dispensa de produtos alimentares *casher*, pátio para a

montagem da Sucá durante a festa de Sucot, bem como apartamentos para o Rabino e para o Shamash da Comunidade.



Imagens do *hall* de entrada, sala da direção, mikvé e biblioteca

E, no entanto, para lá das paredes da «Catedral Judaica do Norte de Portugal», uma majestosa casa de culto judaico, a história dos judeus no Porto é muito mais antiga.

Origens da comunidade judaica portuense

Não há consenso acerca do momento da entrada dos judeus no território onde hoje se encontra Portugal. Desde as primeiras viagens fenícias pelo Mediterrâneo, no tempo do Rei Salomão, há 3000 anos, até ao período posterior à destruição do Segundo Templo, pelos romanos, existem teses diversas sobre o início da presença dos judeus na Península Ibérica.

Dúvidas não subsistem, no entanto, que a presença de uma numerosa comunidade judaica foi registada na Península, e a sua memória transmitida para a posteridade, pelos historiadores e geógrafos romanos. «Quando D. Afonso Henriques obteve o reconhecimento do seu reino independente, em 1143, já viviam judeus na Península há pelo menos um milénio» - sublinha Inácio Steinhardt. É com certeza muito o sangue judaico que ainda hoje corre nas veias dos povos peninsulares.

Concretamente no Porto, face à predisposição amistosa para com os judeus de que as suas gentes sempre deram mostras, desde o fundo dos séculos até aos dias de hoje, é possível que a tradição judaica remonte a tempos imemoriais. Não obstante, as primeiras referências documentais que chegaram até aos nossos dias estão datadas do século XII.

As Judiarias da cidade

Existiu uma sinagoga no coração da primitiva cidade do Porto, no interior da Cerca Velha ou Muralha Primitiva, no Morro da Pena Ventosa ou da Sé. Localizava-se na Rua da Sinagoga, antiga Rua das Aldas e atual Rua de Sant'Ana.



Rua de Sant'Ana

Nesse tempo, século XII, para os judeus residirem no burgo necessitavam de uma autorização emitida pelo Bispo do Porto, o real proprietário de uma cidade onde a burguesia constituía o grupo social mais destacado. Entre a burguesia mais proeminente encontravam-se diversas famílias judaicas, responsáveis, também elas, pelo rápido desenvolvimento extra muros do burgo, em direção à Ribeira, dividindo-se por uma área que vai desde a Travessa de S. Sebastião até à Rua da Bainharia (local onde se localizaria a Judiaria Velha) e desde esta até à Praça da Ribeira.



Rua da Bainharia



Rua dos Mercadores

Os habitantes mais ricos e com mais influência social instalaram-se precisamente na Praça da Ribeira e nas ruas junto ao rio, centro de uma intensa atividade mercantil e social. Trabalhando e vivendo lado a lado com católicos, sem que haja notícias de tensões entre os dois grupos por questões religiosas, os judeus desenvolveram os seus negócios, em particular nos domínios do comércio e do artesanato.



Ribeira

Há registos da existência de uma outra sinagoga, esta já no século XIV, localizada na Rua da Munhata, ou Minhota, atual Rua do Comércio do Porto. Tratava-se de uma casa de oração doméstica, que funcionava na loja de um marinheiro judeu. Tudo aponta que seria nesta zona, do Largo de S. Domingos até Miragaia, que se localizava a chamada Judiaria de Baixo.



Rua do Comércio do Porto

O Cabido do Porto elaborou entretanto o aforamento de terrenos para a construção daquilo a que se viria a chamar a Judiaria de Monchique, num local onde, ainda hoje, sobrevive alguma toponímia associada ao povo judeu, nomeadamente: Rua, Escadas ou Pátio Monte dos Judeus, na atual zona da Bandeirinha.

Esta Judiaria – fora de muros – era a mais importante das Judiarias do Velho Porto e seus arrabaldes, na margem direita do Rio Douro. A sua mais importante instituição era a sinagoga, uma casa de oração, de estudo e de assembleia. Não apenas os assuntos religiosos, mas também os assuntos sociais eram discutidos na sinagoga, onde se faziam inclusivamente as eleições dos oficiais da Comuna e a sua investidura.

Da existência dessa sinagoga é testemunha uma epígrafe granítica, que sobreviveu até aos nossos dias, e cuja inscrição poder-se-á traduzir da seguinte forma:

«1. Alguém poderá dizer: Como não foi resguardada uma casa de tanta nomeada no interior de uma muralha?

2. Mas esse bem sabe que tenho um conhecido que é reconhecido da alta estirpe.

3. Ele é que me guarda, pois me declara sem sobra de dúvida: Eu sou muralha.

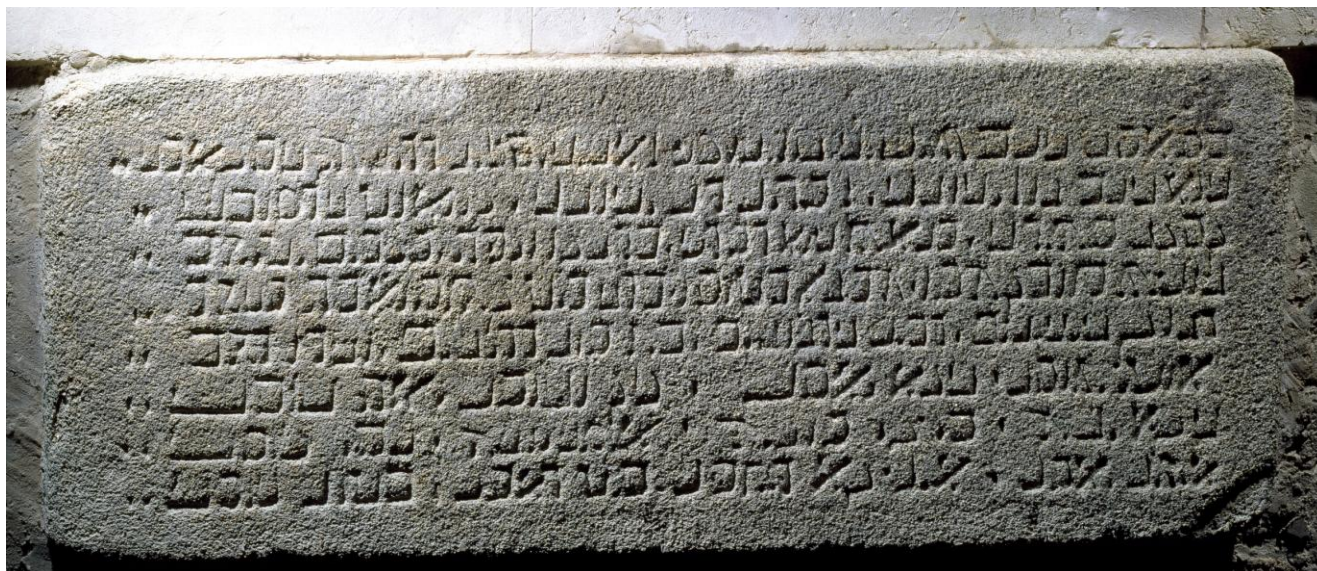
4. O maior entre os judeus, o mais forte dos heróis, e que se levantam os chefes ali está ele de pé.

5. Benfeitor do seu povo, servo de Deus na sua integridade, edificou uma casa ao seu nome de pedras de talha.

6. Para o Rei ele é segundo, à cabeça é controlado, pela sua grandeza e na presença de reis ele se ergue.

7. Ele é o Rabi Don Yehudah ben Maner, luz de Judá e a ele compete autoridade.

8. Por ordem do Rabi, que ele viva, Don Joseph ibn Arie, encarregado e chefe para a tarefa».



Lápide comemorativa da inauguração da sinagoga de Monchique (encontra-se no Museu Arqueológico do Carmo em Lisboa)

Reluz do texto da Epígrafe – encontrada, no Século XIX, na parede ocidental da capela do Convento da Madre de Deus de Monchique, então em ruínas – que a sinagoga foi construída fora das muralhas da cidade e que o ambiente da Corte era familiar à população judaica, ficando patente o sentimento de segurança que então acompanhava os judeus portuenses. O texto alude ao Rabi-Mor do Rei D. Fernando – Don Yehudah ben Maner (ou Don Yehudah ben Moise Navarro) – e ao responsável pela obra, possivelmente o Rabino do Porto – Don Joseph ibn Arie (ou Don Joseph ben Abasis).

Um outro Rabino, David Kimchi, natural da Narbona francesa, descreveu nessa época a situação dos judeus nas sociedades cristãs: «Estes são os dias do Exílio. Não temos nem Rei nem Príncipes em Israel, mas temos familiaridade com os gentios [não judeus] e com os seus Príncipes e Reis».

Bem perto da referida sinagoga de Monchique terá existido um cemitério judaico, sendo provável que o mesmo se localizasse nos socacos do Jardim Municipal do Horto das Virtudes. A existência de um curso de água, o Rio Frio, que passa pelo Horto, abastecendo a Fonte das Virtudes, indo depois desaguar no

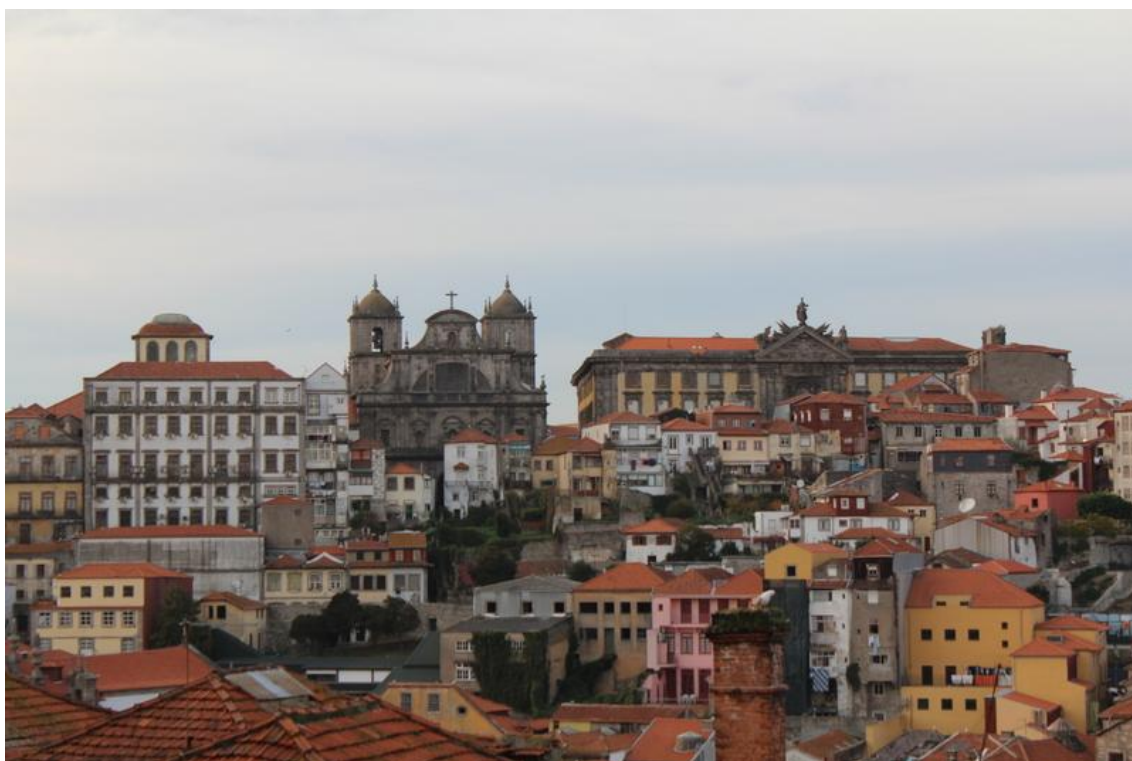
Rio Douro, poderá ter sido um apoio logístico para os funerais judaicos, devido à obrigatoriedade religiosa de lavar os corpos dos falecidos antes de se proceder ao enterramento, um ritual de purificação que no idioma hebraico se designa de *Tahara*.



Morro de Monchique ou Monte dos Judeus

No fim do Século XIV foi criada a mais conhecida Judiaria do Porto: a Judiaria do Olival, com cerca de 1,8 hectares, correspondentes a 4% da cidade na época. Encontrava-se compreendida entre as atuais Rua de Belomonte (a Sul), a Rua das Taipas (a Oeste e Noroeste), a Cordoaria/Campo Mártires da Pátria (a Norte) e a Rua dos Caldeireiros (a Este).

Foi o Rei D. João I que, em 1386, aquando da sua estadia na cidade, determinou a concentração de todos os judeus num único local da cidade, ordenando à Câmara que indicasse aos judeus um local, dentro das muralhas, onde fizessem a sua Judiaria. Apesar de o Rei ter tido a intenção de proteger os «seus judeus» – como lhes chamava – de possíveis ataques resultantes das guerras com o Reino de Castela, a ação ocorre num contexto europeu ligado à criação de guetos para o povo judeu.



Morro da Vitória

A Câmara entregou à comunidade judaica portuense de então, por aforamento, o campo do Olival e cedo começaram as edificações da Judiaria Nova, um espaço murado, de onde os judeus não poderiam sair, nem os cristãos entrar, à noite (ao toque do “sino de correr”). Os limites do povoamento judaico foram demarcados por altos muros, casas sem saída para o exterior da Judiaria e por duas portas de ferro maciço adornadas com alegorias hebraicas, uma junto à Porta do Olival (a Norte) e outra nas atuais Escadas da Vitória, designadas no passado por Escadas da Esnoga (a Sul).



Escadas da Esnoga / Vitória



Rua da Vitória

A Judiaria possuía os seus oficiais próprios e um certo grau de autonomia em relação à cidade, detendo inclusivamente um tribunal para dirimir as questões judaicas. Ali residia o Ouvidor de Entre o Douro e Minho, o oficial encarregado da justiça das comunas judaicas. É também junto à parte inferior da Judiaria que se

encontram as boticas dos judeus, tendas de venda que se desenvolviam em torno do atual Largo de S. Domingos.

Os judeus portuenses construíram igualmente, no interior da Judiaria, uma grande e sumptuosa sinagoga. A sua localização exata é hoje desconhecida, mas é possível que se situasse na antiga Rua da Esnoga, depois Rua de São Roque e atualmente Rua da Vitória.

Deve também salientar-se que as edificações e os arruamentos da nova Judiaria eram excelentes para a época. No seu livro «Os Judeus no Velho Porto», Barros Basto referiu muito a propósito: «A Judiaria do Olival com as suas largas e arejadas ruas e novos edifícios contrastava singularmente com as velhas e estreitas ruelas da antiga cidade. Por esse motivo, todos os funcionários que vinham aboletar-se no Porto, procuravam obter alojamento neste novo e airoso bairro».



Rua e escadas da Vitória (ou Esnoga)

Em 1492 trinta ilustres famílias de judeus expulsos de Castela (após o Decreto de Expulsão de Alhambra, Granada, assinado pelos Reis Católicos, Isabel e Fernando), encabeçadas pelo Rabi Isaac Aboab, instalaram-se na Judiaria, por ordem régia de D. João II. A estas famílias, às quais a cidade forneceu habitações, juntaram-se, mais tarde, outras, exiladas também, com a mesma origem, aumentando o número de habitantes na Judiaria.

Modernidade e Inquisição

Rompendo com um passado sadio de comunhão entre judeus e cristãos, particularmente na cidade do Porto, no dia 5 de Dezembro de 1496 foi assinado em Muge, no Distrito de Santarém, pelo Rei D. Manuel I, o Édito de Expulsão dos Judeus (aliás, do judaísmo) de Portugal. O episódio deveu-se ao facto de os Reis de Castela e Aragão exigirem a expulsão dos judeus como contrapartida da entrega da mão de sua filha, a princesa Isabel, ao Rei português.

Apesar de D. Manuel aceder a esta imposição, fê-lo a contragosto, pois sabia que a expulsão dos judeus – um grupo social, cultural e economicamente relevante, que constituía cerca de 1/5 da população portuguesa de então –, além de injusta, seria prejudicial para a sociedade. Cedo por isso o Rei tomou medidas drásticas para que os judeus se convertessem ao cristianismo e para que permanecessem no país, privando-os de portos e navios suficientes para embarcar e proibindo os que desejassem emigrar de levarem consigo os seus filhos menores de 14 anos. Nasceram assim, pela força, e por entre cenas de horror, os “cristãos novos”, nome que se deu aos judeus batizados na fé católica.

O Édito de D. Manuel não se fez sentir no Porto de forma idêntica ao que ocorreu noutras latitudes. Não houve uma debandada geral, não foi exercida violência sobre os judeus, e estes, de uma forma geral, por força das circunstâncias, aceitaram a sua conversão ao cristianismo, embora secretamente mantivessem a sua fé no Deus de Israel.

Os judeus do Porto (agora cristãos-novos) abandonaram a Judiaria e passaram a residir em outros pontos da cidade, sobretudo na zona da Ribeira. «As suas sinagogas abandonadas – escreveu Barros Basto – foram-se arruinando com o tempo e as orações e salmos que ali eram recitadas e cantados passaram a ser murmurados em oratórios improvisados nas residências dos falsos cristãos, dando assim origem ao criptojudaísmo praticado por aqueles que não puderam fugir ou que por amor intenso estavam presos à bela terra portuguesa, onde repousavam desde há séculos os seus antepassados».

O criptojudaísmo, tão antigo como o povo judeu, regressara em força. As crianças passaram a ser educadas para não cometerem indiscrições que expusessem os seus pais à incompreensão da Igreja. O perigo era real.

Na vizinha Espanha, o Frei de Torrejoncillo haveria de produzir um relato muito significativo: «Estando um religioso a confessar um menino por obrigação da Quaresma, lhe perguntou como se chamava, e o menino disse: “Padre, pergunta-me o nome de casa ou o de fora?”, ao que o padre respondeu: “O de casa te pergunto!”, e o rapaz exclamou: “O de casa é Abraão e o de fora é Francisquito».

Muitos judeus terão conseguido abandonar a cidade do Porto e rumar para outras paragens, mormente para os meios rurais do norte do país, onde, sujeitos a menor vigilância, poderiam perpetuar as suas tradições com mais facilidade. A maioria, porém, ficou na cidade, lado a lado com a maioria cristã-velha. As relações sempre haviam sido cordiais e assim continuaram durante décadas a fio, havendo notícias de muitos casamentos entre cristãos-velhos e cristãos-novos, encetados na segunda metade do século XVI, em especial nas camadas socioeconómicas mais elevadas.

A Conversão geral forçada terminou oficialmente com a existência do judaísmo em Portugal. No Porto, toda a zona que constituía a Judiaria do Olival passou a ser designada, até aos dias de hoje, por Vitória, uma possível alusão à vitória do cristianismo sobre o judaísmo.



Rua de S. Bento da Vitória

No interior do Mosteiro de S. Bento da Vitória (construído sobre casas demolidas da Judiaria) encontra-se uma inscrição em latim representativa desta ideia. A mesma poderá ser traduzida da seguinte forma:

«Aquele que fora sede das trevas, é o palácio do sol.

Expulsas as trevas, triunfa o sol bento».

Em 1536 foi implantado em Portugal o Tribunal do Santo Ofício ou Inquisição: um tribunal eclesiástico destinado a julgar os crimes contra a fé, pondo cobro às heresias e apostasias. Poder-se-ia esperar que o Porto, de tão arreigada cultura judaica e filo-semita, fosse muito fustigado por processos inquisitoriais. Tal não aconteceu. A ação do tribunal foi limitada.

Quando se estabeleceu a Inquisição no Porto, a Câmara criou tão elevado número de entraves ao Inquisidor, que este dirigiu uma queixa ao Rei, acusando a edilidade de tudo fazer para proteger os cristãos-novos. Com justiça isso

aconteciam. Ao longo dos tempos, os cristãos-novos tinham dado largas provas de dedicação à cidade.

No Porto, o Tribunal da Inquisição esteve ativo entre 1542 e 1544, tendo-se verificado nesse período dois autos-de-fé (cerimónias públicas de penitência), um no dia 11 de fevereiro de 1543 e outro a 27 de abril de 1544, junto à Porta do Olival, onde cerca de 100 cristãos-novos foram penitenciados por manterem práticas judaicas e pecarem contra a fé. O número de criptojuudeus nessa época era com certeza muitíssimo mais elevado.

Foi descoberto no ano de 2005, por trás de uma parede falsa, numa habitação sita no n.º 9 da Rua de São Miguel, no Porto, um *Ehal* (Arca onde é guardada a Torá), sendo a tese mais plausível a de que existiu uma sinagoga secreta nesta habitação. A arca granítica, localizada na parede leste da casa, foi já datada aproximadamente de fins do Século XVI e inícios do Século XVII, encontrando paralelos tipológicos noutras zonas do país.



***Ehal* (Arca) onde os criptojuudeus guardavam Rolos da Torá (*Sifrei Torá*), no n.º 9 da rua S. Miguel**

A ideia segundo a qual, nessa época, o judaísmo clandestino se mantinha rigorosamente fiel aos ritos e cerimónias tradicionais, apesar de estar isolado do mundo exterior, é apenas uma ideia romântica. Foram, de facto, preservados, na medida do possível, os aspetos mais característicos do judaísmo tradicional, mas a prática religiosa deixou de ser esmerada. «Uma nova geração crescera – escreveu o insigne historiador Cecil Roth –, sem conhecimento da língua tradicional das orações e sem literatura para a guiar».

Em 1618, uma visita inquisitorial levou à detenção de centena e meia de cristãos-novos de grande relevância social. As regras mais apertadas do Regimento da Inquisição, cortejadas com a vontade de acusar os cristãos-novos mais abastados, confiscando-lhes os seus bens, logrou dilacerar em grande medida o sistema social, económico e financeiro do Porto, e da sua população, não apenas judaica mas também cristã.

Esmagados os “homens de negócios” da cidade, assistiu-se, então sim, a uma grande onda migratória de cristãos-novos, que diziam adeus à terra de seus antepassados, levando saudades para os quatro cantos do mundo. O momento foi marcante. Apesar de muitos terem ficado diluídos entre a população, um muro de silêncio caiu pesadamente sobre os judeus portuenses. Só volvidos trezentos anos, eles reapareceriam...

Comunidade Israelita do Porto

No início do Século XX, foi escrita uma nova e importante página na história do judaísmo português, com a descoberta e divulgação da existência – qual milagre de sobrevivência étnico-religiosa – de cripto judeus (marranos) em Portugal, sobretudo no Norte e nas Beiras. Associado a este movimento, surgiu uma personagem que ficará para sempre ligada à história dos judeus em Portugal e no mundo – o capitão Arthur Carlos de Barros Basto, fundador da Comunidade Israelita do Porto e o grande impulsionador da construção da sinagoga Kadoorie Mekor Haim.



Fotografia do capitão Arthur Carlos de Barros Basto

Já atrás citado a respeito da sua obra dedicada aos judeus do Velho Porto, Barros Basto foi um militar do Exército Português que lutou nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, onde sobreviveu até mesmo a um ataque de gás venenoso. De ascendência criptojudáica por via paterna, e filho de mãe católica,

converteu-se ao judaísmo no ano de 1920, perante um *Beit Din* (tribunal rabínico), em Tânger, e decidiu montar a sua vida na cidade do Porto, onde há séculos não existia uma comunidade judaica.

Viviam então na cidade duas dezenas de comerciantes judeus recém chegados da Lituânia, Polónia, Alemanha e Rússia, facto que não passou despercebido ao capitão.



Espólio documental em exposição na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

Foi só o tempo de os reunir e organizar numa comunidade, que viria a ser oficialmente legalizada no ano de 1923, com o nome de Comunidade Israelita do Porto, tendo como fim principal a prática do judaísmo.

Por entre as ruas estreitas das antigas Judiarias portuenses, onde outrora o sangue judaico pulsara imparavelmente, voltou a ouvir-se o nome de *Adonai* (Deus), pronunciado, já não pelos antigos *sefardim* (judeus da Península Ibérica), mas por *ashkenazim* (judeus da Europa Central) que haviam encontrado conforto na bonita cidade banhada pelo rio Douro. A legalização da comunidade e o aluguer de um andar prontamente transformado em “sinagoga” corresponderam a uma reparação histórica de grande importância e aparentemente difícil de superar.

Cedo, porém, a recém-nascida comunidade se viu agitada por um facto singular, quando alguns cidadãos portugueses se apresentaram diante do capitão Barros Basto dizendo-se judeus e mostrando-se animados do desejo de tomarem parte da congregação. Não eram simples indivíduos que alegavam vontade de se

tornarem judeus ou que reivindicavam hipóteses ou mesmo certezas de terem existido entre os seus antepassados judeus conversos. Eles eram criptojudeus, a quem as suas mães e avós haviam entoado nos ouvidos as orações de Israel, criando-os no respeito pelo fogo sagrado da fé.



**Escudo de David
(*Maguen David*)**



**Candelabro de sete
braços (*Menorá*)**

Com efeito, os criptojudeus eram frutos de famílias que, perdidas nas nuvens dos séculos, afastadas há muito de toda a cultura judaica, ainda elevavam os seus louvores e as suas preces a *Adonai*, praticando a religião dos seus antepassados no segredo dos seus lares ou em locais isolados no campo e mantendo a descendência matrilinear judia pela escolha dos cônjuges dentro de núcleos familiares congêneres. Segundo a Lei mosaica, é judeu o filho de mãe judia.

«São insondáveis os desígnios da Providência – observa Inácio Steinhardt. – Até essa altura Barros Basto não sabia a missão que lhe estava destinada. Ele nunca tinha ouvido falar em marranos. Os marranos, que viviam no Porto, na sua maioria provenientes das aldeias de Trás-os-Montes, é que ouviram falar na sinagoga [num andar] que abrira na cidade».

Não foi necessário esperar muito. Amparado moral e materialmente pelo *Portuguese Marranos Committee* - uma organização internacional sediada em Londres e destinada a apoiar o resgate dos criptojudeus portugueses - um homem solitário põe em marcha um projeto de resgate humano sem igual na história da

humanidade. É a «Obra do Resgate», que rapidamente se torna famosa, provocando um impacto sentimental assinalável no seio de comunidades judaicas do mundo inteiro.



Placa evocativa do *Portuguese Marranos Committee* e da família Kadoorie

Tendo por lema «*Adonai li velo ira*» (Deus está comigo, nada receio), Barros Basto começou a viajar, de terra em terra, de carro, a pé ou a cavalo, decidido a trazer os criptojudеus para a luz do dia e fazendo com que eles não se sentissem civicamente diminuídos por professarem a Lei de Moisés, mas sim orgulhosos de um passado heróico do qual eram milagrosos sobreviventes.

O capitão Barros Basto avaliava em dezenas de milhar o número potencial de criptojudеus em Portugal e, em pouco tempo, fundou inúmeras comunidades judaicas no Norte e nas Beiras. Cecil Roth ficou de tal modo impressionado com a força e personalidade do capitão que o denominou «o Apóstolo dos Marranos».

«A Comunidade Israelita do Porto foi o suporte de toda a Obra do Resgate – como refere Elvira Mea –, pelo que incluiu uma escola *Eben-Mussad* (A Pedra de Alicerce), o *Hassut Hapoalim* (Patronato dos Trabalhadores), com o objectivo de dar assistência pelo trabalho, organizando um serviço de colocações e um jornal, o *Halapid* (O Facho) (1927-1958), órgão de informação da Comunidade e instrumento pedagógico da Obra do Resgate».

Havia, no entanto, muito de romântico em toda esta iniciativa, dado que a «Obra do Resgate» era uma empresa monumental que jamais poderia ser levada a cabo por um homem só, enfrentando enormes distâncias, enfrentando as dificuldades do relevo, enfrentando a fúria dos padres católicos, enfrentando o medo das populações criptojudaicas, enfrentando antagonismos sem fim. Não se tratava de uma mera ação de libertação, mas sim de uma guerra travada num quadro axiológico totalmente hostil, de forte oposição por parte da maioria católica, oposição tanto maior e mais consertada quanto mais batalhas o capitão ia vencendo. Aos olhos da Igreja, qualquer ação de propaganda que visasse roubar-lhe os seus filhos batizados era considerada um sacrilégio.

Abundante documentação desta época pode ser examinada ainda hoje no espaço museológico da sinagoga do Porto.



Interior da sinagoga do Porto, a maior da Península Ibérica

A Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

A construção da sinagoga Kadoorie Mekor Haim está umbilicalmente ligada à «Obra do Resgate». Animado do desejo de fazer do Porto o «farol religioso» dos criptojudéus portugueses, o capitão lembrou-se a certa altura de construir na cidade uma sinagoga enorme no tamanho e na beleza, algo que representasse um sério motivo de orgulho para os criptojudéus, aliás, ex-criptojudeus, posto que o segredo já não norteava as suas crenças e práticas. O projeto poderia parecer excessivamente ambicioso, mas também ele foi por diante. Um jornalista da época observou, durante o período de construção da sinagoga, que estava a ser cravado no Porto «um pedaço da Palestina».



Inscrição em hebraico no alto do edifício: *Mekor Haim* (Fonte de Vida)

A grande sinagoga foi inaugurada em 16 de Janeiro de 1938, com representações das comunidades de Londres, Berlim, Lisboa, Bragança e Covilhã.

No discurso que proferiu na cerimónia de inauguração, Barros Basto enfatizou o milagre da sobrevivência milenar do povo judeu: «Este povo, talvez um dos mais pequenos do mundo, é um dos mais nobres e altivos, do qual Moisés disse que era um povo de cerviz dura. Foi devido à cerviz dura que ele deve ainda a sua existência. Civilizações ricas e espantosas o tentaram dominar e apagar o seu nome da Terra. Essas civilizações e os povos que as representaram, passaram, morreram, e o pequeno povo judaico vive ainda».

Poder-se-ia pensar que o ano de 1938 foi um ano de glória para a Comunidade Israelita do Porto e o seu fundador. Não é verdade. Barros Basto havia sido separado do Exército poucos meses antes de a sinagoga ser inaugurada, por ter intervindo em operações de circuncisão dos seus alunos do Instituto Teológico Israelita do Porto. O caso tornou-se conhecido em todo o mundo como o caso «Dreyfus português».

Denúncias falsas de homossexualidade haviam obrigado o capitão a lutar, nas instâncias policiais e militares da época, em querelas judiciais terríveis, gastando grande parte das suas energias, desde finais de 1934 até meados de 1937, até conseguir ser completamente ilibado das referidas acusações, sem lograr, contudo, escapar a uma pena de “separação de serviço”. O Conselho Superior de Disciplina do Exército deu como provado que ele «realizava a operação da circuncisão a vários alunos segundo um preceito da religião israelita», pelo que não possuía «capacidade moral para prestígio da sua função e decore da sua farda».

O grande líder comunitário ficara sem farda, sem profissão, sem recursos económicos. A sua autoestima fora gravemente atingida. Os criptojudеus, por sua vez, sentiram que perderam o seu líder carismático e viram no tratamento que lhe foi dispensado um sinal do que lhes poderia vir a acontecer no futuro. Este facto, aliado aos ecos de antissemitismo que chegavam da Europa, ditaram, para os criptojudеus, o regresso a uma crença clandestina.

Nas cidades e aldeias de Portugal voltaram a esconder-se os objetos de culto; as comunidades recentemente oficializadas na maior alegria começaram a desagregar-se; correram notícias de fogo posto na casa do líder comunitário da vila de Lagoaça; e, enfim, a alteração das circunstâncias impeliu os ex-criptojudeus a tornarem-se novamente criptojudéus, ou seja, a voltarem à prática clandestina da religião que acompanhava a sua família desde o fundo dos tempos.

A grande sinagoga do Porto, construída visando a realização de um projeto grandioso, perdera a sua razão de ser, antes mesmo de ser inaugurada.



Luz Eterna (*Ner Tamid*) e Arca (*Ehal*) com Rolos da Torá, na sala de orações da sinagoga

A «Obra do Resgate» estava extremamente enfraquecida no ano de 1938. De certa forma, já quase colapsara. Se alguma coisa de realmente marcante o capitão Barros Basto ainda poderia fazer, seria em prol dos refugiados, que em breve começariam a chegar, aterrorizados, em fuga do nazismo. Assim foi.

O aumento constante de famílias judaicas da Europa Central chegadas à sinagoga em situação desesperada levaram o capitão a organizar um Comité de assistência moral e material aos refugiados, que assim puderam reconstruir as suas vidas desfeitas a partir do Porto. Muitos anos depois, o historiador Michael Studemund-Halévy, do Instituto de História dos Judeus na Alemanha, denominaria Barros Basto de «o Apóstolo dos refugiados».

As cópias de milhares de documentos reunidos nessa época pela Comunidade Israelita do Porto estão hoje na posse do Museu do Holocausto de

Washington. Podem encontrar-se os originais no espaço museológico da sinagoga Kadoorie Mekor Haim.

No ano de 1961, o capitão Barros Basto faleceu. Deixou, para memória futura, uma vida rica em feitos e realizações memoráveis, engrandecida por trabalhos de investigação histórica, livros de orações em idioma português (para tornar acessível a liturgia hebraica a homens simples) e mais de uma centena de números de um jornal comunitário de grande qualidade.

A sua filha Myriam Azancot disse um dia: «Ao entrarmos na sinagoga Kadoorie pensamos quanta fé, força e perseverança foi preciso ter para levantar tal monumento naquela época».

Reabilitação de Barros Basto

Barros Basto morreu sabendo que as grandes tribulações da História da sua época - nazismo, guerra, holocausto, auxílio aos sobreviventes, implantação do Estado de Israel, etc. - haviam tirado projeção e apoio à sua tentativa de resgate dos criptojudéus portugueses. Considerou, no entanto, até ao fim da sua vida, que a "separação do Exército" de que fora vítima tinha sido o fator decisivo do falhanço quer da «Obra do Resgate», quer da grande comunidade judaica que um dia julgou ser possível construir. Nunca perdeu a esperança de ser reintegrado de pleno direito no serviço militar e de ver limpo o seu nome maculado, tendo afirmado na véspera de falecer: «Ainda um dia me farão justiça!»

Em geral os processos judiciais terminam com a leitura da sentença. Neste caso tudo foi diferente. Quando a sentença foi lida, no ano de 1937, começou uma longa luta para a reabilitação do seu nome, levada a cabo pelo próprio e, depois, sucessivamente, pela esposa, pela filha e pela neta.

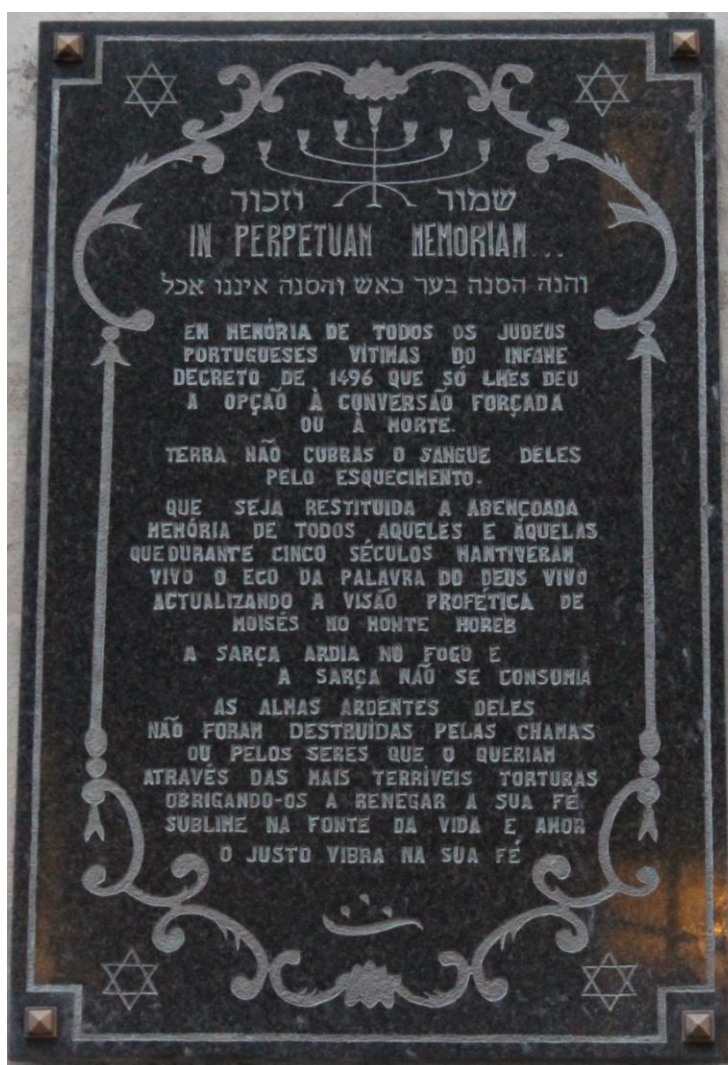
O capitão Barros Basto haveria de ser moralmente reabilitado 50 anos após a sua morte, a pedido da sua neta, tendo a 1.^a Comissão do Parlamento português declarado, por unanimidade, em 29 de Fevereiro de 2012, que «Barros Basto foi separado do Exército devido a um clima genérico de animosidade contra si motivado pelo facto de ser judeu, de não o encobrir, e, pelo contrário, de ostentar um proselitismo enérgico convertendo judeus portugueses marranos e seus descendentes».



Peça de nove braços (*Chanukia*) e livro de orações (*Sidur*)

Arthur Carlos de Barros Basto (aliás, Abraham Israel Ben-Rosh, o seu nome hebraico) representou a última esperança dos criptojudеus portugueses e, paradoxalmente, morreu num tempo em que, com exceção da comunidade de Belmonte, que mantinha as tradições rituais e o espírito de família nos casamentos, na generalidade das famílias criptojudеicas de outras latitudes assistia-se ao enfraquecimento dos laços religiosos, à assimilação e aos casamentos com não judeus, circunstâncias que se foram agudizando de forma irreversível durante as décadas seguintes com o advento da sociedade aberta.

Na Rua da Vitória, coração da antiga Judiaria do Olival, está afixada uma placa que lembra a expulsão dos judeus de Portugal e evoca a coragem de quantos, durante séculos, permaneceram no país e na cidade mantendo clandestinamente a sua fé e elevando, em espírito e verdade, os seus louvores e as suas preces a *Adonai*.



Placa em memória dos judeus vitimados pelo Édito de Expulsão de 1496

Textos:

Comunidade Israelita do Porto

Fotografias:

Comunidade Israelita do Porto

Inscrição de Monchique:

Foto de José Pessoa / Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses